

Continuação da 1ª página

# “O senador ligou para me agradecer”

■ Ex-diretora do Prodasen relata como nasceu e foi executada a operação que violou o painel de votação do Senado

DANIELA PINHEIRO

“O senador Antonio Carlos Magalhães nunca me pediu nada. Nunca me mandou contratar ninguém. Nunca se meteu em assunto nenhum. Sempre foi rigoroso e impulsionou os projetos que tocávamos, fossem eles os mais ousados. Na minha cabeça, ele estava tão acima de tudo, tão distante do mundo dos terráqueos, que eu nem sequer compreendia como ele podia ter dado uma ordem daquela natureza.

Voltei para casa. Conteí para o meu marido (Ivar Alves Ferreira), apesar de não querer envolvê-lo. Ele disse que me apoiaria no que decidisse. Só que tinha que decidir tudo urgente. Já era tarde, e a tal votação ocorreria em poucas horas. Recebi uma ordem nem tive tempo de pensar sobre todas as suas implicações, sobre a extensão total do problema: Tinha certeza de que estaria claro para todo mundo que eu era apenas uma funcionária cumprindo ordens.

A primeira coisa que pensamos foi ligar para o Heitor Ledur, que trabalha conosco. Nem eu nem o Ivar tínhamos conhecimento para mexer no sistema de votações. Nem o Heitor tinha, mas ele nos ajudaria. O problema é que ele estava numa barraca na Festa dos Estados. Mesmo assim, eu e o Ivar resolvemos ir para a casa dele. Esperamos num barzinho nas imediações do prédio onde ele mora. Pedimos água, mas eu não conseguia nem engolir.

Aí, fomos para debaixo do bloco do Heitor. Ele chegou. Quando falamos sobre o que queríamos tratar, ele também se surpreendeu. Ele me disse que não tinha jeito, que teria que mexer no sistema, que o que ele ouvira é que era impossível. O gestor do sistema era o Hermilo Nóbrega. Ligamos para a casa dele para que nos encontrasse lá embaixo do bloco. O Nóbrega chegou e disse que também era impossível. Ficamos os quatro, uma meia hora, em pé, embaixo do bloco elucubrando: se fizermos o que vai acontecer, se não fizermos o que não vai, o ACM, o Arruda, tudo. Surgiu o nome do Gazzola, que era da Kopp, a empresa que implementou o sistema de votações. Conseguimos o telefone dele e entramos em contato.

Disse que era um assunto urgente, mas resolvemos não dizer a ele o real motivo da alteração no sistema. A ele, afirmei que havia suspeitas de fraude e era uma questão de segurança. No meio da madrugada, o Gazzola e o Ivar foram para o Prodasen. Não fui. Fiquei em casa e falava com ele pelo celular. Eles estavam com um laptop e trabalharam por umas duas horas no sistema. A alteração era basicamente tirar uma proteção

que omite o nome de quem votou. Nesse meio tempo, a minha agonia era tremenda. Queria que aquilo acabasse logo. Acho que pelas três da manhã, o Ivar chegou em casa e me disse que estava tudo feito. Nem conseguimos dormir. Às seis e meia da manhã, o Ivar foi com o Gazzola ao Senado. O painel de votações fica ao lado do ple-

nário. Eles são conhecidos lá. Entraram sem problemas. Ele inseriu o disquete e foi embora. Tudo levou menos de 15 minutos. Terminada a votação horas depois, ele voltou, retirou o disquete e imprimimos uma lista sem cabeçalho, data, nome de usuário. Havia apenas o nome dos senadores e ao lado o ‘sim’ ou o ‘não’ ou ‘abstenção’.

Não vi nada. Fizemos questão de não olhar para o conteúdo da lista. Era o final da manhã do dia 28 de junho do ano passado. Colocamos a lista num envelope pardo. Quando avisei ao senador Arruda que estava com a lista, ele disse que eu deveria entregá-la pessoalmente ao senador Antonio Carlos. Depois, foi-me dito para encon-

trar-me com Domingos Lamoglia, assessor do Arruda, perto da biblioteca do Senado. Havia até um evento, não sei bem o quê, por ali. O assessor disse que eu deveria entregar a lista a ele, que a repassaria para o senador Antonio Carlos. Naquele mesmo dia, o senador Antonio Carlos me ligou e me agradeceu pela lista. Pensava que ele a queria para saber com quem deveria contar, quem eram os senadores fiéis a ele, essas coisas. Aí, esse assunto morreu. Eu não gostava de falar do caso.

No segundo semestre, começaram a aparecer notas na imprensa sobre o voto de alguns senadores na sessão de cassação de Luis Estevão. Aí começou nosso calvário. No começo do ano, veio à tona a história que os procuradores grampearam o senador Antonio Carlos. Quando vi aquilo, não acreditei. Eu pensei: ‘Ele está dando um tiro no peito’. Procurei o senador Arruda e o Antonio Carlos para falar sobre o nosso drama. Eles tentaram me acalmar. Mas, para mim, não era claro quem iria ser responsabilizado. Por que resolvi mudar meu depoimento e dizer a verdade? Porque já não era mais possível manter outra versão. Não é uma coisa nobre, mas é a verdade.

Uma vez que a Unicamp desnudou o procedimento efetuado na violação, não tinha mais como dizer outra coisa. Só a verdade deveria restar. Mas também ficava com o peso do mundo sobre mim. Você tem idéia do que é isso? Estava sob a minha responsabilidade falar ou não alguma coisa que poderia resultar na cassação do ACM, do Arruda, na reputação da senadora Heloísa Helena, vítima de insinuações maldosas na imagem do Prodasen, no que os meus subordinados iam achar. E poderia até fazer com o que o Luiz Estevão revisse a sua cassação.

Tenho um passado que me credencia. Qualquer pessoa que tenha trabalhado comigo nas CPIs do Collor, do PC, do Orçamento, tenha compartilhado meu cotidiano, sabe que sempre trabalhei com muito rigor. Sempre zelei pela imagem do Prodasen. A vida inteira o Prodasen foi sinônimo de retidão. As pessoas que trabalham lá sentem orgulho da instituição.

Nunca houve corrupção lá dentro. Nunca houve nada errado ali. Se há um lugar no serviço público federal sobre o qual não se pode dizer nada, esse lugar é o Prodasen. A instituição sempre zelou pelo sigilo. Nunca deixou que nada vazasse. E foi útil para o país. É uma pena que ela tenha sido colocada sob suspeita. Isso prejudica o Brasil. Quanto a mim, estão me seguindo pelas ruas, fotografando a minha casa. Eu não tenho mais nada a perder. No final, ficou a palavra da funcionária contra a do senador.